



Relatório Semestral

Primeiro Semestre de 2012

ÍNDICE

1.	Introdução	2
2.	Dados sobre a atividade desenvolvida pela INTERBOLSA	3
	2.1 Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários	4
	2.2 Sistemas de Liquidação	12
	2.3 Agência Nacional de Codificação	16
3.	Preçário	17
4.	Sumário do Relatório Anual sobre Práticas de Governo da	
	Sociedade e de Controlo Interno	19
5.	Informação e Demonstrações Financeiras	22
6.	Declaração sobre a conformidade da informação financeira apresentada	59

1. INTRODUÇÃO

A INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. é uma sociedade anónima, cujo capital social é inteiramente detido pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. (de ora em diante, abreviadamente, Euronext Lisbon).

Esta sociedade anónima tem por objeto a gestão de sistemas de liquidação e de sistemas centralizados de valores mobiliários.

Enquanto Sociedade totalmente detida pela Euronext Lisbon, a INTERBOLSA integra, desde 4 de Abril de 2007, o Grupo NYSE Euronext.

A NYSE Euronext é a *holding*, criada pela combinação do NYSE Group, Inc. e da Euronext N.V., que opera o maior e mais líquido grupo de Bolsas no mundo, oferecendo um alargado leque de produtos e serviços financeiros.

A INTERBOLSA rege-se pelo disposto nos respetivos Estatutos, no Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de Outubro (Lei das Entidades Gestoras ou LEG), no Código dos Valores Mobiliários (CVM) e no Código das Sociedades Comerciais (CSC), bem como em outra legislação aplicável.

A missão da INTERBOLSA consiste em:

- fornecer aos intervenientes no mercado de capitais, instituições financeiras e entidades emitentes, sistemas de registo, depósito e guarda de valores mobiliários e sistemas de liquidação das transações sobre esses mesmos valores;
- contribuir para o desenvolvimento e eficiência do mercado de capitais, nomeadamente no que se refere às áreas de custódia e liquidação, através da disponibilização de serviços de qualidade superior e de infraestruturas que respondam com segurança e fiabilidade às necessidades dos agentes de mercado, deste modo, criando condições competitivas, reduzindo riscos sistémicos e acautelando os direitos dos investidores.

Na realização da sua Missão, a INTERBOLSA prossegue um conjunto de atividades nas seguintes áreas de atuação:

- Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários (ou Central de Valores Mobiliários);
- Sistemas de Liquidação;
- Agência Nacional de Codificação.

2. DADOS SOBRE A ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA INTERBOLSA

i. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

A INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. é uma sociedade anónima, cujo capital social é inteiramente detido pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. (de ora em diante, abreviadamente, Euronext Lisbon).

Enquanto Sociedade totalmente detida pela Euronext Lisbon, a INTERBOLSA integra, desde 4 de Abril de 2007, o Grupo NYSE Euronext.

A sociedade NYSE Euronext é a *holding*, criada pela combinação do NYSE Group, Inc. e da Euronext N.V., que opera o maior e mais líquido grupo de bolsas no mundo, oferecendo um alargado leque de produtos financeiros e serviços.

A INTERBOLSA rege-se pelo disposto nos respetivos Estatutos, no Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de Outubro (Lei das Entidades Gestoras ou LEG), no Código dos Valores Mobiliários (CVM) e no Código das Sociedades Comerciais (CSC), bem como em outra legislação aplicável.

ii. ENQUADRAMENTO DE MERCADO

A evolução da economia portuguesa em 2011 foi decisivamente marcada pela interrupção do acesso ao financiamento externo e pelo início da aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) criado, em abril de 2011, na sequência do pedido de assistência financeira junto do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia.

Neste contexto, no decurso do primeiro semestre de 2012 foi implementado um conjunto de medidas de carácter estrutural e de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos, com o objetivo de assegurar as condições indispensáveis ao aumento do potencial de crescimento da economia portuguesa, medidas que, no curto prazo, tendem a apresentar um efeito contracionista.

De acordo com os dados disponibilizados pelo INE, o Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre de 2012 apresenta uma diminuição de 3,3% em volume face ao mesmo período de 2011 (no primeiro trimestre de 2012 já havia registado uma variação homóloga de -2,2%).

Para o comportamento do PIB contribuiu, segundo o INE, a evolução da procura interna, nomeadamente do Investimento, apresentando uma contração face ao trimestre anterior. Por sua vez, a procura externa apresenta um contributo positivo para o produto interno nacional, determinado por uma desaceleração das exportações face ao trimestre anterior, continuando as importações a apresentar evoluções de sinal negativo.

Os índices de confiança dos consumidores continuaram a apresentar níveis históricos baixos, contrariando, no último mês do semestre, o ligeiro crescimento que se vinha denotando desde maio.

Por sua vez o desemprego atingiu o nível histórico de 15,4 por cento de acordo com critérios do Eurostat.

2.1. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS SISTEMAS CENTRALIZADOS DE VALORES MOBILIÁRIOS

O Sistema Centralizado de Valores Mobiliários é formado por um conjunto interligado de contas através do qual se processa a constituição e a transferência dos valores mobiliários nele integrados e se assegura o controlo da quantidade dos valores mobiliários em circulação e dos direitos sobre eles constituídos.

Participam nos Sistemas Centralizados geridos pela INTERBOLSA, as Entidades Emitentes, os Intermediários Financeiros, a LCH.Clearnet, S.A. e o Banco de Portugal.

FILIADOS

Em 30 de Junho de 2012, a INTERBOLSA contava com 31 filiados nos Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários e nos Sistemas de Liquidação por si geridos, todos representados por instituições financeiras, o mesmo número que em igual período de 2011.

Refira-se ainda que, são igualmente participantes nos Sistemas geridos pela INTERBOLSA, o Banco de Portugal, o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, I.P., a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, enquanto entidade gestora do Sistema de Indemnização aos Investidores e a LCH.Clearnet, S.A.

REGISTO DE EMISSÕES

No final do primeiro semestre de 2012, encontravam-se integradas nos Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários 3.003 emissões de valores mobiliários. Em termos absolutos, a INTERBOLSA contabilizava menos 426 emissões de valores mobiliários do que as integradas em junho de 2011, sendo essa diminuição explicada principalmente pela redução no número de emissões de *warrants* (menos 496 emissões). Em sentido contrário, destaca-se o aumento no número de emissões de dívida privada, mais 50 emissões de obrigações e papel comercial.

As 3.003 emissões integradas encontravam-se avaliadas, ao valor nominal, em cerca de 288.553 milhões de euros, valor que representa um decréscimo homólogo de 2,2 por cento. Em termos absolutos, o valor das emissões integradas nos Sistemas Centralizados da INTERBOLSA apresenta uma diminuição de 6.507 milhões de euros se comparado com o montante de valor registado no primeiro semestre de 2011.

Valores Mobiliários Integradas	30-Junho-2012			30-Junho-2011		
	Nº Emissões	Quantidade Valores Mobiliários	Montante Valor Nominal (10 ³ €)	Nº Emissões	Quantidade Valores Mobiliários	Montante Valor Nominal (10 ³ €)
Ações	510	243.485.788.443	49.514.394	513	239.640.449.881	53.089.756
Dívida	1.586	9.554.796.265.876	238.738.316	1.537	10.573.147.527.189	241.669.997
Dívida Pública	19	9.378.955.535.120	95.089.555	20	10.395.258.619.732	105.252.586
Obrigações do Tesouro	19	9.378.955.535.120	95.089.555	20	10.395.258.619.732	105.252.586
Dívida Privada	1.567	175.840.730.756	143.648.761	1.517	177.888.907.457	136.417.411
Obrigações (1)	1.466	124.999.947.862	137.025.704	1.441	125.048.140.541	130.573.254
Val Conv Ord Emit (2)	0	0	0	0	0	0
VMOC's (3)	2	125.000.000	125.000	2	125.000.000	125.000
Papel Comercial	95	40.000.119.818	6.390.900	70	42.000.103.840	5.612.000
Títulos de Participação	4	10.715.663.076	107.157	4	10.715.663.076	107.157
Outros	907	1.468.748.973	300.000	1.379	1.766.656.853	300.000
Unidades de Participação	22	641.536.920	0	21	624.981.097	0
Warrants	638	458.950.000	0	1.134	987.350.000	0
Certificados	234	368.256.200	0	215	154.321.200	0
Valores Estruturados	12	2.853	0	8	1.556	0
Out. Valores Destacados	1	3.000	300.000	1	3.000	300.000
Total	3.003	9.799.750.803.292	288.552.710	3.429	10.814.554.633.923	295.059.753

(1) Inclui Obrigações Clássicas, Obrigações de Caixa, Obrigações Convertíveis, Obrigações c/ Direito de Subscrição, Obrigações Participantes, valores Estruturados e outros valores representativos de dívida.

Cumprе realçar, que o montante de valor nominal registado no segmento de dívida privada apresenta um acréscimo homólogo de 5,3 por cento. Nos segmentos de ações e da dívida pública verifica-se uma diminuição homóloga de 6,7 e 9,7 por cento, respetivamente, no montante inscrito nos Sistemas Centralizados.

Com grande atividade estiveram os certificados que, no primeiro semestre de 2012, contam 234 emissões, face às 215 registadas no final de junho de 2011. A evolução da atividade dos *warrants* apresenta um decréscimo encontrando-se integradas 638 emissões no final de primeiro semestre, face às 1.134 emissões registadas no período homólogo.

No que concerne às emissões em moeda diferente de euro, no período em análise encontravam-se integradas nos Sistemas Centralizados 48 emissões, das quais 43 denominadas em dólares americanos, 2 em ienes japoneses, 2 em dólares canadianos e 1 em francos suíços. Comparando com o número de emissões integradas no período homólogo, verifica-se um aumento de 2 emissões.

EXERCÍCIO DE DIREITOS E OUTROS EVENTOS

O exercício de direitos de conteúdo patrimonial e outros eventos constitui uma das principais atividades dos Sistemas Centralizados.

No primeiro semestre de 2012 foram processadas 4.327 operações de exercício de direitos de conteúdo patrimonial e outros eventos, menos 173 operações que no mesmo período de 2011, representando um decréscimo, em termos homólogos, de 3,8 por cento.

O montante envolvido nestas operações apresenta um acréscimo homólogo, de 23,2 por cento, tendo esse valor ascendido a 50.657 milhões de euros.

Nos pontos seguintes é apresentada, de forma detalhada, uma análise à atividade desenvolvida pelos Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, nos itens relativos a exercício de direitos e outros eventos.

- **PAGAMENTO DE JUROS E OUTRAS REMUNERAÇÕES**

O Sistema Centralizado de Valores Mobiliários processou 2.128 operações de pagamento de juros, sendo 17 relativas a emissões de dívida do Estado e 2.111 provenientes de emissões de dívida privada.

Em termos globais, o número de operações processadas aumentou 13,3 por cento, tendo o montante de juros pago ascendido a 5.309 milhões de euros, mais 11,7 por cento do que no período homólogo.

Juros	30-Junho-2012	30-Junho-2011	Var.(%)
Dívida Pública			
Nº Operações	17	18	-5,6%
Quantidade Valores Mobiliários	5.556.042.848.640	6.276.825.864.529	-11,5%
Montante (10 ³ Eur)	2.579.033	2.833.837	-9,0%
Dívida Privada (*)			
Nº Operações	2.111	1.860	13,5%
Quantidade Valores Mobiliários	234.676.359.638	212.589.215.492	10,4%
Montante (10 ³ Eur)	2.729.543	1.916.753	42,4%
Nº Operações	2.128	1.878	13,3%
Quantidade Valores Mobiliários	5.790.719.208.278	6.489.415.080.021	-10,8%
Montante (10³ Eur)	5.308.576	4.750.590	11,7%

(*) Inclui Títulos de Participação, Papel Comercial, Obrigações Clássicas, Obrigações de Caixa, Obrigações Convertíveis, Obrigações c/ Direito de Subscrição, Obrigações Participantes, Obrigações Hipotecárias, Obrigações Titularizadas, Valores Estruturados e Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis (VMOC's)

- **AMORTIZAÇÕES E LIQUIDAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO**

No que refere ao processamento de amortizações de emissões de dívida, durante o primeiro semestre de 2012, foram processadas 486 operações relativas a empréstimos obrigacionistas e papel comercial, representando um acréscimo de 22,7 por cento face a igual período do ano anterior, tendo sido amortizada uma emissão de dívida pública.

No período em análise o montante total de dívida amortizado ascendeu a 38.676 milhões de euros, representando um acréscimo homólogo de 26 por cento.

Pagamento de Amortizações	30-Junho-2012	30-Junho-2011	Var.(%)
Dívida Pública			
Nº Operações	1	2	-50,0%
Quantidade Valores Mobiliários	845.328.880.618	899.806.000.000	-6,1%
Montante (10 ³ Eur)	8.188.824	8.998.060	-9,0%
Dívida Privada (*)			
Nº Operações	486	396	22,7%
Quantidade Valores Mobiliários	80.014.663.015	44.925.494.015	78,1%
Montante (10 ³ Eur)	30.487.469	21.693.848	40,5%
Nº Operações	487	398	22,4%
Quantidade Valores Mobiliários	925.343.543.633	944.731.494.015	-2,1%
Montante (10³ Eur)	38.676.293	30.691.908	26,0%

(*) Inclui Títulos de Participação, Papel Comercial, Obrigações Clássicas, Obrigações de Caixa, Obrigações Convertíveis, Obrigações c/ Direito de Subscrição, Obrigações Participantes, Obrigações Hipotecárias, Obrigações Titularizadas, Valores Estruturados e Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis (VMOC's)

- DIVIDENDOS E RENDIMENTOS DE UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO**

No que concerne ao pagamento de dividendos de ações e de rendimentos de unidades de participação, no primeiro semestre de 2012 foram processadas 63 operações deste tipo, mais 3 do que as contabilizadas no final do primeiro semestre de 2011.

Em sentido contrário variou o valor pago a título de rendimentos aos acionistas e aos subscritores de unidades de participação, cujo montante ascendeu a 2.599 milhões de euros contra 3.241 milhões de euros pagos em igual período de 2011, menos 19,8 por cento.

Dividendos /Rendimentos UP's:	30-Junho-2012	30-Junho-2011	Var.(%)
Ações			
Nº Operações	60	57	5,3%
Quantidade Valores Mobiliários	210.043.312.696	408.520.951.664	-48,6%
Montante (10 ³ Eur)	2.589.380	3.232.141	-19,9%
Unidades Participação			
Nº Operações	3	3	0,0%
Quantidade Valores Mobiliários	0	569.596.409	-100,0%
Montante (10 ³ Eur)	9.131	8.461	7,9%
Nº Operações	63	60	5,0%
Quantidade Valores Mobiliários	210.043.312.696	409.090.548.073	-48,7%
Montante (10³ Eur)	2.598.511	3.240.602	-19,8%

- **ALTERAÇÕES SOCIETÁRIAS**

O número de operações relativas a alterações societárias processadas pelos Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, em termos gerais, apresenta uma diminuição homóloga de 42,1 por cento, passando de 19 para 11 operações contabilizadas no final de primeiro semestre de 2012.

Alterações Societárias	30-Junho-2012	30-Junho-2011	Var.(%)
Subscrições			
Nº Operações	1	6	-83,3%
Quantidade Valores Mobiliários	2.556.688.387	800.205.757	219,5%
Montante (10 ³ Eur)	1.009.892	348.004	190,2%
Incorporações			
Nº Operações	4	6	-33,3%
Quantidade Valores Mobiliários	814.684	305.535.894	-99,7%
Montante (10 ³ Eur)	790	219.349	-99,6%
Reduções			
Nº Operações	3	3	0,0%
Quantidade Valores Mobiliários	504.827	7.020.477	-92,8%
Montante (10 ³ Eur)	1.425	1.752.570	-99,9%
Fusões			
Nº Operações	2	1	100,0%
Quantidade Valores Mobiliários	62.250.000	100.000	62150,0%
Montante (10 ³ Eur)	3.002.250	500	600350,0%
Cisões			
Nº Operações	1	3	-66,7%
Quantidade Valores Mobiliários	20.000.000	81.954.400	-75,6%
Montante (10 ³ Eur)	20.000	100.687	-80,1%
Totais			
Nº Operações	11	19	-42,1%
Quantidade Valores Mobiliários	2.640.257.898	1.194.816.528	121,0%
Montante (10 ³ Eur)	4.034.357	2.421.110	66,6%

No entanto, relativamente aos montantes processados, segundo informação acima apresentada, no semestre em análise foram processados 4.034 milhões de euros, montante que compara com o registado em 2011 que ascendeu a 2.421 milhões de euros.

- **EXERCÍCIO DE WARRANTS E CERTIFICADOS**

Durante o primeiro semestre de 2012, foram processadas 1.637 operações de exercício de *warrants* e de certificados o que, em termos homólogos, representa uma diminuição de 23,6 por cento.

Exercício de Warrants e Certificados	30-Junho-2012	30-Junho-2011	Var.(%)
Nº Operações	1.637	2.142	-23,6%
Quantidade Valores Mobiliários	1.423.650.000	2.147.401.350	-33,7%
Montante (10 ^{^3} Eur)	26.491	22.842	16,0%

Apesar da redução de 505 operações de exercício deste tipo de instrumentos financeiros, o montante envolvido nestas operações apresenta um acréscimo homólogo de 16 por cento, cifrando-se, em termos absolutos, em cerca de 26 milhões de euros.

MOVIMENTAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS ENTRE CONTAS

Os Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários processam a movimentação física de valores mobiliários, dentro da mesma conta e entre contas do mesmo ou de diferentes Intermediários Financeiros, tanto para efeito de liquidação física de operações como para a mera transferência de valores.

Durante o primeiro semestre de 2012, foram realizados, através dos sistemas geridos pela INTERBOLSA, 133.601 movimentos de transferência de valores mobiliários, tendo a quantidade movimentada ascendido a 7.385 mil milhões de unidades de valor mobiliário.

Movimentação valores em conta	30-Junho-2012		30-Junho-2011	
	Nº Operações	Qt. Valores Mobiliários	Nº Operações	Qt. Valores Mobiliários
Processamento Imediato	97.510	2.981.422.488.799	99.150	1.823.769.786.201
Processamento Noturno	34.322	284.637.978.480	38.760	370.962.626.879
Intervenção do BdP	1.730	4.118.474.730.065	1.497	3.496.974.434.312
Intervenção da LCH.Clearnet, S.A.	39	400.445.689	46	1.520.498.655
Totais	133.601	7.384.935.643.033	139.453	5.693.227.346.047

O número global de movimentos realizados durante o semestre em análise representou, em termos homólogos, um decréscimo de 4,2 por cento, explicado pela menor utilização, por parte dos intermediários financeiros, dos sistemas geridos pela INTERBOLSA, principalmente para a realização de transferências sem efeitos imediatos. A variação registada no número de movimentos de valores mobiliários não foi, no entanto, acompanhada pela variação na quantidade de valores objeto de transferência, que registou um aumento de 29,7%, o que demonstra uma utilização mais eficiente do sistema por parte dos participantes da INTERBOLSA.

Cumpra ainda referir que durante o primeiro semestre de 2012, da análise do quadro *supra*, verifica-se que as transferências efetuadas com intervenção do Banco de Portugal (operações de colateralização e de cedência de fundos, mediante compra com acordo de revenda, normalmente incidindo sobre valores mobiliários representativos de dívida) representaram, em termos de quantidade, 55,8 por cento do total de valores objeto de transferências processadas pelos Sistemas Centralizados. No entanto, atendendo à especificidade das operações e ao facto de grande parte dos valores representativos da dívida ter valor nominal de um cêntimo, o número de operações realizadas com intervenção do Banco de Portugal representa apenas, em termos de peso, 1,3 por cento do total dos movimentos efetuados durante o período em análise.

SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO

A INTERBOLSA prosseguiu a sua atividade de prestação regular de informação estatística e de natureza financeira aos Intermediários Financeiros, às Entidades Emitentes, à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao Banco de Portugal, aos auditores e a outros participantes no mercado.

Uma das mais relevantes atividades da área de Serviços de Informação da INTERBOLSA é a disponibilização de um serviço que permite às Entidades Emitentes de valores mobiliários nominativos, emitidos sob a forma escritural ou titulada e inscritos na Central de Valores Mobiliários, o acesso a informação sobre a identificação dos titulares dos valores mobiliários por si emitidos, bem como, sobre a quantidade de valores detida por cada um.

No entanto, cumpre referir que o Sistema Centralizado gerido pela INTERBOLSA é formado por contas globais, abertas no sistema pelos Intermediários Financeiros filiados, que contêm, em cada momento, o somatório das contas de registo individualizado abertas pelos investidores, junto do Intermediário Financeiro (depositário/registador) por si escolhido. Assim, e de forma a dar cumprimento às solicitações de informação que lhe são dirigidas pelos emitentes, a INTERBOLSA solicita aos intermediários financeiros, participantes nos Sistemas por si geridos, informação sobre a identificação dos detentores dos valores mobiliários objeto do pedido e, após consolidação da informação recebida, remete-a à entidade requerente.

Durante o primeiro semestre de 2012, a INTERBOLSA registou 131 pedidos de identificação de titulares, o que representa, em termos homólogos, menos 7 pedidos da mesma natureza.

Durante o semestre em análise, os pedidos de identificação de titulares efetuados tiveram como objeto emissões de 110 entidades emitentes com valores registados junto da Central de Valores Mobiliários, mais 3 emissões que em igual período do ano anterior.

O Portal da INTERBOLSA, na sua área reservada a Clientes, possibilita às Entidades Emitentes solicitarem informação sobre a identificação dos titulares dos valores nominativos por si emitidos e que se encontrem inscritos junto desta entidade gestora.

2.2 ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS SISTEMAS DE LIQUIDAÇÃO

A INTERBOLSA está incumbida da organização e gestão de Sistemas de Liquidação, tendo em vista assegurar a realização de transferências de dinheiro associadas às transferências de valores mobiliários ou a direitos inerentes e a garantias relativas a operações sobre valores mobiliários.

Os intermediários financeiros filiados na INTERBOLSA são participantes nos Sistemas de Liquidação, geridos por esta entidade gestora, os quais asseguram a liquidação física e financeira das operações realizadas em mercado, regulamentado e não regulamentado, bem como as operações realizadas fora de mercado e as demais movimentações de valores mobiliários presentes a estes Sistemas.

A INTERBOLSA gere os seguintes sistemas de liquidação:

- Sistema de Liquidação Geral;
- SLrt – Sistema de Liquidação *Real Time*
- SLME – Sistema de Liquidação em Moeda Estrangeira

Os Sistemas de Liquidação geridos pela INTERBOLSA registaram, de uma forma generalizada, uma diminuição na sua atividade durante o primeiro semestre de 2012, a qual será detalhada nos pontos seguintes.

SISTEMA DE LIQUIDAÇÃO GERAL

Relativamente às operações realizadas nos mercados geridos pela Euronext Lisbon e garantidas pela LCH.Clearnet, S.A., foram liquidadas, durante o primeiro semestre de 2012, pelo Sistema de Liquidação Geral, no seu ciclo diurno, 103.244 instruções, tendo o montante global envolvido ascendido a cerca de 8.826 milhões de euros.

Em termos comparativos, face ao período homólogo, foi registado um decréscimo de 8,5 por cento no número de instruções liquidadas. Esta tendência foi acompanhada pelo montante liquidado, que registou uma diminuição de 29,9 por cento face a igual período do ano anterior.

Instruções de Liquidação	30-Junho-2012	30-Junho-2011	Var.(%)
Ciclo Diurno			
. Operações Garantidas			
Nº Instruções	103.244	112.843	-8,5%
Quantidade Valores Mobiliários	44.165.830.868	12.311.583.468	258,7%
Montante (10 ^{^3} Eur)	8.825.511	12.586.894	-29,9%
. Operações Não Garantidas			
Nº Instruções	360	1.125	-68,0%
Quantidade Valores Mobiliários	214.935	545.849	-60,6%
Montante (10 ^{^3} Eur)	1.887	8.423	-77,6%
Totais			
Nº Instruções	103.604	113.968	-9,1%
Quantidade Valores Mobiliários	44.166.045.803	12.312.129.317	258,7%
Montante (10 ^{^3} Eur)	8.827.398	12.595.317	-29,9%

O número de instruções liquidadas decorrentes de operações realizadas em mercados geridos pela Euronext Lisbon e não garantidas pela LCH.Clearnet, S.A. ascendeu, durante o período em análise, a 360 instruções, correspondendo a um decréscimo de 68 por cento, face ao período homólogo. No que se refere ao montante envolvido na liquidação deste tipo de operações, o valor registado foi de apenas 1,9 milhões de euros, valor significativamente inferior ao realizado em igual semestre de 2011.

No primeiro semestre de 2012, o número de operações liquidadas pela INTERBOLSA referentes a operações provenientes dos mercados geridos pela Euronext Lisbon registou um decréscimo de 9,1 por cento, a que correspondem cerca de 103.604 instruções, com um montante de liquidação de 8.827 milhões de euros.

O decréscimo no número de instruções de liquidação relativas a operações garantidas (- 8,5 por cento) liquidadas no ciclo diurno do Sistema de Liquidação Geral, durante o primeiro semestre de 2012, foi acompanhado por igual tendência no número de operações resubmetidas a nova tentativa de liquidação por falha de liquidação, que em termos homólogos registou uma diminuição de 1,4 por cento face ao valor registado no primeiro semestre de 2011.

Assim, conforme informação do quadro seguinte, foram apresentadas, para nova tentativa de liquidação no Sistema de Liquidação SLrt, e liquidadas, 13.025 instruções relativas a operações garantidas que não tinham sido liquidadas no Sistema de Liquidação Geral, que corresponde, em termos absolutos, a menos 183 instruções que no semestre homólogo.

Operações Garantidas liquidadas no SLrt	30-Junho-2012	30-Junho-2011	Var.(%)
Nº Instruções	13.025	13.208	-1,4%
Quantidade Valores Mobiliários	5.317.053.491	1.434.022.985	270,8%
Montante (10 ³ Eur)	916.319	1.212.628	-24,4%

Apesar da quantidade de valores mobiliários envolvidos neste tipo de operações ter sido superior no primeiro semestre de 2012 face a igual período de 2011, o montante envolvido foi de 916 milhões de euros, o que representa um decréscimo homólogo de 24,4 por cento.

SLrt - SISTEMA DE LIQUIDAÇÃO REAL TIME

O Sistema de Liquidação *real time* (SLrt) permite a liquidação de instruções DVP (*Delivery Versus Payment*) e FOP (*Free Of Payment*) num ambiente totalmente automatizado.

Instruções de Liquidação	30-Junho-2012	30-Junho-2011	Var.(%)
Instruções DVP			
Nº Instruções	205.636	231.302	-11,1%
Quantidade Valores Mobiliários	2.326.423.768.927	1.888.316.297.397	23,2%
Montante (10 ³ Eur)	54.600.589	71.471.399	-23,6%
Instruções FOP			
Nº Instruções	29.130	35.197	-17,2%
Quantidade Valores Mobiliários	3.725.386.303.686	9.164.557.173.083	-59,4%
Montante (10 ³ Eur)	0	0	
Nº Instruções	234.766	266.499	-11,9%
Quantidade Valores Mobiliários	6.051.810.072.613	11.052.873.470.480	-45,2%
Montante (10³ Eur)	54.600.589	71.471.399	-23,6%

No que se refere às instruções de liquidação introduzidas no Sistema de Liquidação *real time*, durante o primeiro semestre de 2012, na sequência de uma menor utilização, por parte dos Intermediários Financeiros, dos sistemas geridos pela INTERBOLSA, verificou-se um decréscimo de 11,9 por cento (menos 31.733 instruções), quando comparado com o número de operações concretizadas no mesmo período de 2011. Esta evolução foi, de igual forma, acompanhada pela quantidade de valores mobiliários e pelo montante envolvido nestas operações. De facto, o montante liquidado cifrou-se em 54.601 milhões de euros, menos 23,6 por cento face ao período homólogo, enquanto na quantidade de valores mobiliários verificou-se uma diminuição de 45,2 por cento.

Durante o período em análise as instruções DVP liquidadas através do SLrt apresentam um decréscimo de 11,1 por cento, verificando-se, no entanto um aumento de 23,2 por cento na quantidade de valores mobiliários envolvida.

No que concerne às operações FOP, as 29.130 instruções liquidadas durante o primeiro semestre de 2012 representam um decréscimo homólogo de 17,2 por cento, envolvendo menos 59,4 por cento em termos de quantidade de valores mobiliários.

SLME - SISTEMA DE LIQUIDAÇÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA

A INTERBOLSA tem em funcionamento, desde Março de 2008, o Sistema de Liquidação em Moeda Estrangeira (SLME), o qual veio complementar os serviços prestados por esta entidade gestora no âmbito da liquidação de operações sobre valores mobiliários.

Este Sistema recorre, para efeitos de liquidação financeira, a um sistema de pagamentos em moeda estrangeira, do tipo "*Commercial Bank Money*" operado pela Caixa Geral de Depósitos S.A., que permite a realização de pagamentos em moeda diferente de euro, nomeadamente o pagamento de juros e de amortizações, bem como a liquidação de operações de mercado (não garantidas) realizadas na Euronext Lisbon, em moeda estrangeira.

O SLME encontra-se, *ab initio*, preparado para aceitar a liquidação financeira de operações em dólares americanos, libras esterlinas, ienes japoneses e francos suíços. Em Abril de 2010, o SLME passou igualmente a permitir a liquidação financeira de operações em dólares canadianos (CAD). O Sistema de Liquidação em Moeda Estrangeira, possibilita, desde Março de 2011, a liquidação financeira de operações em dólares australianos (AUD).

Em termos de atividade, no primeiro semestre de 2012 foram submetidas ao SLME, para liquidação financeira, 43 operações relativas a pagamentos de juros de empréstimos obrigacionistas, mais 7 operações quando comparado com igual período do ano anterior. Das operações de juros 37 referem-se a pagamentos efetuados em dólares americanos, 2 em ienes japoneses, 3 em dólares canadenses e 1 em francos suíços.

No que se refere a operações de amortização de empréstimos obrigacionistas em moeda estrangeira, durante o período em análise não foi liquidada qualquer operação.

2.3 AGÊNCIA NACIONAL DE CODIFICAÇÃO

A INTERBOLSA está incumbida da gestão e funcionamento da Agência Nacional de Codificação e, por essa razão, é membro da ANNA – *Association of National Numbering Agencies, S.C.R.L.*

Esta atividade, desenvolvida pela INTERBOLSA desde 1993, consiste na atribuição de códigos ISIN - *International Securities Identification Number* e, CFI - *Classification of Financial Instruments* a todos os valores mobiliários emitidos em Portugal, bem como, a outros instrumentos financeiros em conformidade com as normas ISO 6166 e ISO 10962 e as diretrizes da ANNA.

Cumprindo o objetivo de divulgar, a nível internacional, os códigos ISIN e CFI atribuídos pela Agência Nacional de Codificação, a INTERBOLSA fornece, diariamente, informação para a base de dados central, operada pela ASB – *ANNA Service Bureau*. Desta forma, toda a informação ISIN pode ser acedida pelas agências de codificação membros da ANNA – *Association of National Numbering Agencies*.

Por outro lado, a INTERBOLSA, tendo como objetivo fomentar a divulgação dos códigos atribuídos pela Agência Nacional de Codificação, mantém em funcionamento um serviço de divulgação de dados ISIN assente na subscrição de um ficheiro contendo informação ISIN e respetivas atualizações diárias ou semanais.

O Portal da INTERBOLSA, na sua área reservada a Clientes, possibilita o acesso à informação sobre os códigos ISIN atribuídos.

3. PREÇÁRIO

O atual modelo de Preçário da INTERBOLSA, em vigor desde 1 de Janeiro de 2006 e concretizado no Regulamento da Interbolsa n.º 6/2005, introduziu uma modificação profunda na anterior estrutura de comissões abrangendo todos os serviços prestados por esta entidade gestora aos participantes nos sistemas por si geridos.

Este Preçário foi adotado após a realização, de acordo com as melhores práticas na matéria, de um extenso processo de consulta junto dos seus clientes (intermediários financeiros filiados e entidades emitentes com valores registados).

A alteração concretizada teve subjacente objetivos de eficiência e equidade, bem como de clareza e comparabilidade internacional do Preçário a adotar pela INTERBOLSA, em linha com os objetivos de transparência e comparabilidade de preçários, mais tarde adotados pelo Código de Conduta Europeu sobre Compensação e Liquidação.

MONITORIZAÇÃO DO IMPACTO FINANCEIRO DO PREÇÁRIO

Em 2012, a INTERBOLSA mantém ativos os vários procedimentos de monitorização do impacto do seu Preçário, nos mesmos moldes efetuados desde 2006 e transmitidos, *ab initio*, ao mercado e à Autoridade de Supervisão.

De facto, ao longo dos últimos seis anos, a INTERBOLSA tem procedido à monitorização, global e individualizada, do impacto do preçário relativamente a cada participante nos sistemas por si geridos, sendo a respetiva informação divulgada ao Comité Consultivo Geral (CCG) da INTERBOLSA, bem como à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, para acompanhamento de todo o processo de monitorização.

Face ao exposto, a INTERBOLSA continua a prosseguir as melhores práticas em matéria de monitorização, disponibilização de informação e consulta ao mercado no que respeita ao seu preçário, em linha com as obrigações resultantes do Código de Conduta Europeu para Compensação e Liquidação em matéria de transparência e comparabilidade dos preçários.

No que respeita aos resultados da análise efetuada, esta demonstrava, no final do ano de 2011, que foram totalmente cumpridos, e amplamente ultrapassados, os objetivos de desconto que foram apresentados ao mercado.

Não obstante, e pese embora as expetativas negativas de evolução do mercado para 2012, em termos gerais, e da atividade da empresa, em particular, a INTERBOLSA entendeu dever proceder a uma nova diminuição das comissões de manutenção, com efeitos desde 1 de Janeiro de 2012, de forma a incentivar, de modo continuamente positivo, a integração direta de valores mobiliários no sistema centralizado por si gerido, nomeadamente de valores representativos da dívida.

Com entrada também em 1 de Janeiro de 2012, foi igualmente decidido proceder a uma redução das comissões sobre operações *matched* liquidadas no SLrt.

Face a esta nova redução das comissões de manutenção e das operações *matched* liquidadas no SLrt estima-se que, no final de 2012, assumindo-se como pressuposto a mesma atividade realizada em 2011, os custos imputados à manutenção de posições em conta e de emissões e operações *matched*, apresentem um decréscimo total de cerca de € 202.000, sendo:

- Intermediários Financeiros: cerca de € 86.000 (redução de 0,3 % na rubrica Manutenção e 3,9% na rubrica SLrt), e
- Entidades Emitentes: cerca de € 116.000 (redução de 2 % na rubrica Manutenção).

Desta forma, a INTERBOLSA volta a contribuir, de modo efetivo e num momento de situação económica especialmente difícil, para a integração direta de valores mobiliários no sistema centralizado por si gerido e, assim, para o contínuo desenvolvimento e dinamização do mercado português.

4. SUMÁRIO DO RELATÓRIO ANUAL SOBRE PRÁTICAS DE GOVERNO DA SOCIEDADE E DE CONTROLO INTERNO

A INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de Outubro, (abreviadamente designado por LEG ou “Lei das Entidades Gestoras”), pelo Código dos Valores Mobiliários (de ora em diante, CVM), pelo Código das Sociedades Comerciais (abreviadamente, CSC) e pelos respetivos Estatutos.

A INTERBOLSA, enquanto entidade gestora de sistemas de liquidação e de sistemas centralizados de valores mobiliários, está sujeita à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

De acordo com o Regulamento da CMVM n.º 4/2007, relativo às “Entidades Gestoras de Mercados, Sistemas e Serviços”, a INTERBOLSA, enquanto entidade gestora de sistemas de liquidação e de sistemas centralizados de valores mobiliários, elabora anualmente um relatório sobre práticas de governo da sociedade e de controlo interno, o qual é objeto de parecer emitido pelo seu órgão de fiscalização.

Deste modo, a INTERBOLSA elaborou um Relatório reunindo num único documento a informação relevante sobre o Sistema de Controlo Interno que tem implementado e que tem vindo, anualmente, a divulgar à CMVM, aditando-lhe, informação sobre as boas práticas de governo das sociedades adotadas por esta entidade gestora ⁽¹⁾.

De acordo com o disposto nos artigos 7.º e 8.º do Regulamento de CMVM n.º 4/2007, no referido relatório foram exaustivamente evidenciados:

- (i)** Os princípios orientadores da política de governo da sociedade;
- (ii)** A descrição da estrutura organizativa e dos recursos humanos da entidade gestora;
- (iii)** O exercício de direitos de voto e de representação dos acionistas;
- (iv)** O controlo acionista e a transmissão de ações da sociedade;
- (v)** Os planos de incentivos existentes para colaboradores e membros dos órgãos sociais;
- (vi)** Os negócios e operações realizadas com membros dos órgãos sociais;
- (vii)** A política de remuneração dos órgãos sociais;
- (viii)** As regras societárias internas;

⁽¹⁾ Nos termos do Regulamento da CMVM n.º 4/2007, o relatório sobre práticas de governo da sociedade e de controlo interno, e o parecer emitido pelo órgão de fiscalização da INTERBOLSA, foram remetidos à CMVM em junho de 2008

- (ix) A política de distribuição de dividendos adotada;
- (x) O sistema de controlo de riscos e procedimentos de controlo interno aplicados, e
- (xi) As situações suscetíveis de melhoramento ou correção, bem como, as medidas adotadas para o efeito.

Assim, no que se refere ao sistema de controlo interno, cumpre apenas referir que a INTERBOLSA dispõe de mecanismos que permitem a vigilância dos riscos inerentes à sua atividade, a minimização do impacto de eventos imprevistos, bem como a adaptação às mudanças no ambiente económico e competitivo e às mudanças no mercado no qual a INTERBOLSA se encontra inserida, potenciando desta forma um eficaz desenvolvimento e crescimento da empresa, bem patente nos resultados da entidade gestora e na apreciação feita pelos seus clientes nos anos mais recentes.

O controlo interno da INTERBOLSA assenta num conjunto de regras, procedimentos e práticas, a par da estrutura organizativa, desenhadas para proporcionarem a garantia de que os objetivos da empresa são atingidos e que quaisquer factos indesejáveis serão atempadamente detetados e evitados, ou controladas e minimizadas as suas consequências.

Simultaneamente, a entidade gestora procedeu, também, no âmbito do referido relatório, à apresentação e sistematização dos princípios e práticas de governo adotados pela INTERBOLSA.

Conforme é conhecido, o governo das sociedades é um sistema de administração e controlo da sociedade, que se destina a regular as relações entre os diversos *stakeholders* da empresa e cuja incidência se direciona, primordialmente, ao modo de funcionamento interno da sociedade e às relações externas adotadas.

É entendimento desta entidade gestora que as boas práticas de governação devem ser encaradas e adotadas como peça fundamental da vida societária, uma vez que focam matérias relevantes relacionadas, designadamente, com:

- a) A responsabilização da Administração no exercício da direção e controlo da sociedade;
- b) A relevância dos direitos das pessoas cujos interesses estão ligados à atividade da sociedade (os também designados *stakeholders* da empresa);
- c) O exercício do direito de voto, pelos acionistas, e a sua participação ativa nas assembleias gerais.

De modo genérico e sumário, a política de governo das sociedades implementada na INTERBOLSA visa assegurar uma gestão competente, eficiente e transparente, cujos princípios orientadores são os que, de modo sintético, se identificam:

- a) Profissionalismo e competência, tanto da Administração como dos Trabalhadores;
- b) Transparência, tanto da organização, como do seu processo decisório;
- c) Responsabilização, tanto da Administração como dos Trabalhadores;
- d) Criação de valor, como primeiro objetivo da Administração e dos Trabalhadores;
- e) Rigor, na gestão dos diversos riscos subjacentes à atividade prosseguida;
- f) Qualidade, na prossecução da atividade que se encontra cometida à sociedade;
- g) Desempenho e mérito, como critérios fundamentais da política de avaliação e da política de remuneração dos Trabalhadores e da Administração;
- i) Informação rigorosa e atempada, disponível tanto ao(s) acionista(s) como às demais pessoas com interesse relevante na sociedade.

Em conclusão, a INTERBOLSA entende que possui uma Política de Governo das Sociedades e um Sistema de Controlo Interno que, tendo por objetivo a adoção de boas práticas tanto no que se refere às relações societárias estabelecidas como à vigilância dos riscos inerentes à sua atividade, contribuem para a adaptação da sociedade às mudanças no ambiente económico e competitivo e às mudanças no mercado, bem como para um mais eficaz desenvolvimento e crescimento da empresa, garantindo, deste modo, a segurança na prossecução de objetivos, a eficiência e eficácia de operações, a confiança dos dados financeiros e o respeito pelas leis e regulamentos aplicáveis, proporcionando a garantia de que os objetivos da empresa são atingidos e que eventos indesejáveis são detetados e impedidos.

Assim, é convicção da INTERBOLSA que o sistema de governo da sociedade e de controlo interno que tem definido contribuem de forma decisiva para evitar a prática de atos suscetíveis de pôr em risco a regularidade de funcionamento, a transparência e a credibilidade dos sistemas por si geridos, proporcionando ao mercado um extenso conjunto de garantias, necessárias e indispensáveis, relativamente ao bom funcionamento dos mesmos.

5. INFORMAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 INTRODUÇÃO

A INTERBOLSA adota as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standard* – IFRS) na elaboração das suas demonstrações financeiras, permitindo, assim, a toda a comunidade financeira proceder a uma análise das demonstrações financeiras desta entidade gestora numa base internacionalmente reconhecida e adotada pela generalidade das empresas europeias, desta forma facilitando a respetiva interpretação e, ainda, a comparabilidade com empresas congéneres.

O presente relatório semestral espelha, exclusivamente, a análise económica e financeira das contas individuais da INTERBOLSA.

5.2 RESULTADOS

A INTERBOLSA realizou no primeiro semestre de 2012 um Resultado Líquido que ascendeu a 5.668 mil euros, valor que corresponde a uma variação homóloga negativa de 8,8 por cento (cerca de 547 mil euros, em termos absolutos).

Em euros

Resultados	Junho 2012	Junho 2011	Dif. 2012/2011	Var. %
Proveitos Operacionais	10.737.511	11.270.013	-532.502	-4,7%
Custos de exploração	2.788.821	2.658.871	129.949	4,9%
Resultado de Exploração (EBITDA)	7.948.691	8.611.142	-662.451	-7,7%
Amortizações / Depreciações	67.859	36.866	30.993	84,1%
Resultados Operacionais (EBIT)	7.880.832	8.574.276	-693.444	-8,1%
Resultados Financeiros	189.228	112.649	76.579	68,0%
Resultados antes de Imposto	8.070.060	8.686.925	-616.865	-7,1%
Imposto (IRC)	2.401.602	2.470.980	-69.377	-2,8%
Resultado Líquido	5.668.457	6.215.945	-547.488	-8,8%

Os Resultados de Exploração apresentam um decréscimo homólogo de 7,7 por cento, explicado pela evolução desfavorável dos proveitos e pelo aumento dos custos operacionais, variação devidamente expectável.

A evolução negativa de 8,1 por cento no Resultado Operacional é assim justificada pelo decréscimo da atividade operacional da empresa, a par com o aumento homólogo da rubrica de Amortizações (+84,1%), em virtude dos custos com investimentos realizados.

Os Resultados Financeiros registam uma variação homóloga positiva de 68,0 por cento (mais 77 mil euros, em termos absolutos), fruto das melhores condições do mercado monetário justificadas pela maior apetência das instituições financeiras nacionais por depósitos, que se traduziu numa subida das taxas de juro oferecidas às aplicações financeiras constituídas no período em análise, face ao período homólogo, apesar das limitações impostas pelo Banco de Portugal às taxas de remuneração de fundos.

5.3 PROVEITOS OPERACIONAIS

Os Proveitos Operacionais da INTERBOLSA, no final do primeiro semestre de 2012, ascenderam a 10.738 mil euros, representando um decréscimo homólogo de 4,7 por cento. Em termos absolutos, a evolução verificada traduz-se numa diminuição de proveitos de 533 mil euros face aos valores realizados no primeiro semestre do ano transato.

No quadro abaixo encontra-se a distribuição dos proveitos operacionais da INTERBOLSA, segmentados pelas diferentes rubricas do preçário:

Em Euros

	Junho 2012	Junho 2011	Var. %
Utilização Sistema	208.600	220.525	-5,4%
Movimentação de Valores em conta	132.399	136.742	-3,2%
Sistemas de Liquidação	591.425	685.543	-13,7%
Exercício de Direitos/Outros Eventos	968.850	905.900	6,9%
Manutenção de Emissões / Valores em conta	8.413.890	8.844.207	-4,9%
Registo de Emissões	121.200	197.350	-38,6%
Cancelamento de Emissões	27.650	28.050	-1,4%
Outras Receitas Prestação Serviços	184.550	155.219	18,9%
Total Prestação de Serviços	10.648.565	11.173.536	-4,7%
Ajustamentos	-7.084	-4.162	70,2%
Outros Proveitos	96.031	100.639	-4,6%
Total de Proveitos	10.737.511	11.270.013	-4,7%

Para análise dos dados referentes ao primeiro semestre de 2012, realizando a apropriada contextualização, cumpre enfatizar a evolução de alguns dos fatores exógenos decorrentes da normal

evolução e dinâmica do mercado, bem como da própria atividade da INTERBOLSA e que devem ser tidos em conta na leitura dos dados referentes ao período de referência deste Relatório.

Em 1 de janeiro de 2012, conforme referido em ponto próprio, entraram em vigor as novas tabelas de comissões de manutenção de emissões e de posições em conta, abrangendo tanto intermediários financeiros como entidades emitentes, relativamente aos valores mobiliários de dívida integrados nos sistemas centralizados geridos por esta entidade gestora.

Em janeiro de 2012, entrou igualmente em vigor uma redução nas comissões sobre operações *matched* liquidadas no SLrt.

Assim, em termos de atividade que diretamente influencia as receitas provenientes da manutenção de emissões e de valores em conta, o semestre em análise apresenta as seguintes variações homólogas:

- uma diminuição de 7,8 por cento, no valor médio de Dívida Pública registado nos Sistemas Centralizados;
- um aumento de 3,4 por cento, no valor médio da Dívida Privada registado nos Sistemas Centralizados;
- uma diminuição de 24,3 por cento no valor médio de outros valores mobiliários não representativos de Dívida (Ações e Unidades de Participação) registado nos Sistemas Centralizados.

A diminuição no valor médio dos valores mobiliários não representativos de Dívida (*e.g.* Ações e Unidades de Participação), registado nos Sistemas Centralizados, é explicada pela variação negativa do mercado de capitais face a igual período do ano de 2011.

Apesar do aumento menos significativo de novas emissões registadas no Sistema Centralizado de Valores Mobiliários, a Dívida Privada continua a apresentar um crescimento dos valores médios integrados nos Sistemas Centralizados, face à verificada no semestre homólogo.

Face ao exposto, e pela conjugação de todos os fatores acima identificados, a rubrica de manutenção de emissões/valores regista, no final do primeiro semestre de 2012, uma diminuição homólogo de 4,9 por cento.

No que concerne às rubricas de exercício de direitos, e apesar da diminuição de 3,8 por cento no número total de operações de exercício de direitos patrimoniais e outros eventos processadas pelo Sistema Centralizado, referido em ponto anterior, as receitas provenientes deste serviço prestado às

Entidades Emitentes registaram um acréscimo de 6,9 por cento, face ao período transato, ascendendo em termos absolutos a 969 mil euros contra 906 mil euros contabilizados no semestre homólogo.

Por sua vez, as receitas provenientes das comissões cobradas pelo Registo de Emissões apresentam no primeiro semestre de 2012 um decréscimo de 38,6 por cento, explicado pela diminuição no número de emissões registadas nos Sistemas Centralizados face ao período homólogo, principalmente de dívida privada (obrigações e papel comercial), *warrants* e certificados.

As receitas geradas pelo cancelamento de emissões, apresentaram igualmente uma evolução negativa, registando um decréscimo homólogo de 1,4 por cento, explicado pela diminuição no número de operações de amortização de emissões de dívida privada processadas pelos Sistemas.

Conforme referido em ponto próprio, durante o primeiro semestre de 2012 verificou-se, em termos gerais, uma menor utilização dos Sistemas Centralizados geridos pela INTERBOLSA para a realização de transferências entre contas. Esta situação traduziu-se no decréscimo de 3,2 por cento na rubrica de movimentação de valores em conta.

Os proveitos provenientes dos Sistemas de Liquidação ascenderam a 591 mil euros, menos 13,7 por cento que em igual período do ano anterior, em resultado de uma menor utilização destes Sistemas por parte dos Intermediários Financeiros.

5.4 CUSTOS OPERACIONAIS

Os Custos Operacionais da INTERBOLSA ascenderam a 2.857 mil euros, valor que representa um aumento de 6,0 por cento face aos custos da mesma natureza registados em igual período do ano transato.

De acordo com a informação expressa no quadro abaixo, a rubrica gastos com tecnologias de informação e comunicação apresenta um acréscimo de 7,2 por cento face ao período homólogo na sequência da contratação de novos serviços e produtos.

No que concerne à rubrica de Amortizações, a análise do quadro da página seguinte permite aferir um aumento homóloga de 84,1 por cento explicada pelos investimentos realizados em anos anteriores.

Em Euros

	Junho 2012	Junho 2011	Var. %
Gastos com o pessoal	1.463.600	1.401.154	4,5%
Gastos com tecnologias de informação e comunicação	598.994	558.876	7,2%
Consultoria e serviços profissionais	181.132	156.145	16,0%
Equipamentos e instalações	213.046	238.237	-10,6%
Marketing	12.500	0	-
Outros gastos	319.549	304.460	5,0%
Custos de Exploração	2.788.821	2.658.872	4,9%
Amortizações / Depreciações	67.860	36.866	84,1%
Custos Operacionais	2.856.680	2.695.739	6,0%

Relativamente aos gastos com Equipamentos e Instalações, o primeiro semestre do ano apresenta um decréscimo de 10,6 por cento, face ao período homólogo, mercê da diminuição dos custos com deslocações.

Finalmente, no que concerne aos Custos com Pessoal, no primeiro semestre de 2012 verifica-se um acréscimo homólogo de 4,5 por cento, face ao primeiro semestre de 2011, justificado pela alteração nos órgãos sociais, verificada em fevereiro do ano transato.

5.5 ESTRUTURA PATRIMONIAL

Realizando a análise do Ativo Líquido e do Capital Próprio no final do primeiro semestre de 2012, com referência a 31 de Dezembro de 2011, verifica-se um decréscimo explicado principalmente pelo pagamento de dividendos ao acionista único, Euronext Lisbon.

Em Euros

	Junho 2012	Junho 2011	Dezembro 2011
Ativo Líquido	20.531.045	21.230.766	26.209.543
Passivo Líquido	3.862.588	4.014.821	3.170.919
Capital Próprio	16.668.457	17.215.945	23.038.624

O Passivo da INTERBOLSA apresenta, por sua vez, um acréscimo de 21,8 por cento, face ao valor apresentado em Dezembro de 2011, explicado pelo desfazamento entre o valor estimado de IRC a liquidar e a data dos pagamentos por conta.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 30 DE JUNHO 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em Euros)

	Notas	junho 12	dezembro 11
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	12	297.159	345.289
Ativos intangíveis	13	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda		1.250	1.250
Impostos diferidos ativos	14	5.246	3.631
Total de Ativos Não Correntes		303.655	350.171
Impostos a receber		-	-
Devedores e outros ativos	15	2.344.937	2.369.082
Depósitos a prazo		-	-
Caixa e equivalentes de caixa	16	17.882.453	23.490.290
Total de Ativos Correntes		20.227.390	25.859.373
Total do Ativo		20.531.045	26.209.543
Capitais Próprios			
Capital	17	5.500.000	5.500.000
Reservas	18	5.500.000	5.500.000
Resultado líquido do período atribuível			
aos acionistas e Resultados Transitados		5.668.457	12.038.624
Total dos Capitais Próprios atribuíveis aos acionistas		16.668.457	23.038.624
Passivo			
Benefícios aos empregados	19	(90.127)	(155.627)
Total de Passivos Não Correntes		(90.127)	(155.627)
Credores e outros passivos	20	1.593.112	2.068.449
IRC apurado	11	2.359.603	1.258.097
Total de Passivos Correntes		3.952.715	3.326.546
Total do Passivo		3.862.588	3.170.919
Total dos Capitais Próprios e Passivo		20.531.045	26.209.543

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

		(Valores expressos em Euros)	
	Notas	junho 12	junho 11
Prestações de serviços			
Liquidação, custódia e outros	2	10.648.565	11.173.536
Ajustamentos de Clientes Cobrança Duvidosa	3 / 15	(7.084)	(4.162)
Outros proveitos	2	96.031	100.639
		10.737.511	11.270.013
<i>Gastos e perdas</i>			
Gastos com o pessoal	4	1.463.600	1.401.154
Amortizações / Depreciações	5	67.859	36.866
Gastos com tecnologias de informação e comunicações	6	598.994	558.876
Consultoria e serviços profissionais	7	181.132	156.145
Equipamentos e instalações	8	213.046	238.237
Marketing		12.500	-
Outros gastos	9	319.549	304.460
		2.856.680	2.695.737
Resultado operacional		7.880.832	8.574.276
Proveitos financeiros		193.537	114.400
Gastos financeiros		4.308	1.750
Resultado financeiro	10	189.228	112.649
Resultado antes de impostos		8.070.060	8.686.925
Impostos sobre lucros			
- Imposto Corrente	11	2.403.217	2.469.720
- Imposto Diferido	11 / 14	(1.615)	1.260
Resultado após impostos		5.668.457	6.215.945
Resultado do período atribuível aos acionistas		5.668.457	6.215.945
Resultado por ação (Básico e Diluído) – Euros	17	1,03	1,13
Ganhos e perdas reconhecidos diretamente em reservas		-	-
Rendimento integral		5.668.457	6.215.945

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012 E 2011

		(Valores expressos em Euros)	
	Notas	junho 12	junho 11
I Atividades operacionais			
Resultado Líquido Antes de Impostos		8.070.060	8.686.925
Ajustamentos:			
Resultados financeiros	10	(189.228)	(112.649)
Depreciações	5	67.859	36.866
Outras operações sem fluxo de caixa		-	-
Total dos fluxos de caixa operacionais antes da variação do "working capital" (A)		7.948.691	8.611.142
(Aumento) / diminuição recebimentos não recorrentes		-	-
(Aumento) / diminuição outros recebimentos		24.146	(219.377)
Diminuição em pagamentos de curto prazo		(390.779)	(177.551)
Total da variação do "working capital" (B)		(366.633)	(396.928)
Fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais (A + B)		7.582.058	8.214.214
Impostos pagos		(1.301.711)	(1.177.308)
Juros recebidos		193.537	114.400
Juros pagos		(4.308)	(1.750)
Total de fluxos de caixa de atividades operacionais		6.469.574	7.149.556
II Atividades de investimento			
Investimentos em ativos fixos tangíveis		(19.729)	(5.865)
Investimentos em ativos intangíveis		-	-
Venda de ativos fixos tangíveis e intangíveis		-	-
Aplicações financeiras > 3 meses		-	-
Outras atividades de investimento		-	-
Total de fluxos de caixa de atividades de investimento		(19.729)	(5.865)
III Atividades de financiamento			
Empréstimos obtidos		-	-
Empréstimos liquidados		-	-
Dividendos		(12.038.624)	(10.580.120))
Outras atividades de financiamento		(19.058)	(18.244)
Total de fluxos de caixa de atividades de financiamento		(12.057.683)	(10.598.364)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Total de fluxos de caixa do período		<u>(5.607.837)</u>	<u>(3.454.674)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período		23.490.290	21.909.302
Caixa e seus equivalentes no final do período		17.882.453	18.454.629
Movimentos em caixa e seus equivalentes		<u>(5.607.837)</u>	<u>(3.454.674)</u>

MAPA DE ALTERAÇÕES NA SITUAÇÃO LÍQUIDA

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO 2012

(Valores expressos em Euros)

	Total da Situação Líquida	Capital	Reservas legais	Reservas livres	Outras reservas	Resultados transitados	Resultados Líquidos
Saldos em 31 de dezembro de 2010	21.580.120	5.500.000	5.500.000	-	-	-	10.580.120
Alterações no Período							
Constituição de reservas:							
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Resultados transitados	-	-	-	-	-	10.580.120	(10.580.120)
	21.580.120	5.500.000	5.500.000	-	-	10.580.120	-
Resultado líquido do período	12.038.624	-	-	-	-	-	12.038.624
Rendimento integral							12.038.624
Operações com detentores de capital no período							
Distribuição de dividendos	(10.580.120)	-	-	-	-	(10.580.120)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	23.038.624	5.500.000	5.500.000	-	-	-	12.038.624
Alterações no Período							
Constituição de reservas:							
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Resultados transitados	-	-	-	-	-	12.038.624	(12.038.624)
	23.038.624	5.500.000	5.500.000	-	-	12.038.624	-
Resultado líquido do período	5.668.457	-	-	-	-	-	5.668.457
Rendimento integral							5.668.457
Operações com detentores de capital no período							
Distribuição de dividendos	(12.038.624)	-	-	-	-	(12.038.624)	-
Saldos em 30 de junho de 2012	16.668.457	5.500.000	5.500.000	-	-	-	5.668.457

Técnico Oficial de Contas (n.º 54050)

Miguel Brochado

O Conselho de Administração

Presidente Luís Laginha de Sousa
Vogal Marta Calado
Vogal Rui Samagaio de Matos
Vogal Roland Bellegarde
Vogal Corinne Fornara

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2012**

1 Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

A transformação da INTERBOLSA – Associação para a Prestação de Serviços às Bolsas de Valores em INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. (“INTERBOLSA”), foi outorgada por escritura de 10 de fevereiro de 2000, lavrada no 1º Cartório Notarial de Lisboa, conforme deliberação da Assembleia Geral da INTERBOLSA – Associação para a Prestação de Serviços às Bolsas de Valores, de 20 de dezembro de 1999, e nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 394/99, de 13 de outubro (atualmente revogado pelo Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de outubro), e da Portaria n.º 1.194-A/99 (2ª. Série), de 8 de novembro. A INTERBOLSA é detida a 100% pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A..

A sua atividade consiste na gestão de sistemas de liquidação e de sistemas centralizados de valores mobiliários.

A INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto – 2ª Secção sob o número 502962275.

O registo comercial do ato de transformação de Associação para Sociedade Anónima foi efetuado em 22 de fevereiro de 2000.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da INTERBOLSA no dia 27 de agosto de 2012.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondadas ao euro mais próximo.

As demonstrações financeiras da INTERBOLSA, para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) aprovadas pela União Europeia e em vigor nessa data, considerando as normas disponíveis para adoção antecipada. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.



As demonstrações financeiras agora apresentadas foram preparadas em conformidade com a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente ativos fixos tangíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. Os outros ativos e passivos financeiros e ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na nota 1.19.

Outras Notas

Em dezembro de 2001, foi celebrado um acordo com os trabalhadores da INTERBOLSA no qual se fixa um conjunto de princípios a cumprir no caso de cessação de contratos de trabalho por iniciativa desta entidade empregadora, bem como, um conjunto de condições integradas num esquema, ainda que privado, de reforma e de pré-reforma, ambos posteriormente regulamentados em julho de 2002.

Sem prejuízo, não existe, no presente momento, qualquer plano de reestruturação a implementar que possa originar a cessação de contratos ou o estabelecimento de reformas e/ou pré-reformas, pelo que não é possível quantificar os possíveis impactos financeiros que a eventual aplicação do mencionado acordo possa originar para a INTERBOLSA.

1.2 Instrumentos financeiros

i) Classificação

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros que não se enquadram na definição de derivativos e que não são classificados como investimentos detidos até à maturidade ou instrumentos financeiros de negociação. Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida.

ii) Data de reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da realização das operações.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros detidos com o objetivo de serem mantidos pela INTERBOLSA, nomeadamente ações, são classificados como disponíveis para venda. Os ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transações, sendo posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou se encontram sujeitos a perdas de imparidade. Na alienação dos ativos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumuladas enquadrados como reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica “Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda” da demonstração de resultados.

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de uma evidência objetiva de imparidade, nomeadamente de um impacto adverso nos “cash flows” futuros estimados de um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que possa ser medido de forma fiável.

Se for identificada imparidade num ativo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida do capital próprio e reconhecida na demonstração de resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda aumentar e esse aumento puder ser objetivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade na demonstração de resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. As perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital, classificados como disponíveis para venda não são revertidas por contrapartida de resultados.

1.3 Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor de um instrumento financeiro é o montante pelo qual este pode ser trocado numa transação normal de mercado entre partes conhecedoras e dispostas a efetivar a troca, sem qualquer intenção ou necessidade de liquidar, ou de empreender uma transação em condições adversas.

O justo valor é obtido com base em preços de cotação em mercado ou em preços de Intermediários Financeiros que atuam em mercados ativos, quando disponíveis. Na sua ausência, o justo valor é baseado na utilização de preços de transações recentes realizadas em condições de mercado ou, na sua ausência, usando técnicas de

valorização. Estas técnicas de valorização incluem fluxos futuros de caixa descontados considerando dados observáveis de mercado disponíveis.

1.4 Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Transferências de e para ativos e passivos financeiros ao justo valor com impacto em resultados são proibidas.

1.5 Desreconhecimento

A INTERBOLSA não reconhece os ativos financeiros quando expiram todos os direitos a “*cash-flows*” futuros ou os ativos foram transferidos. Quando ocorre uma transferência de ativos, o não reconhecimento apenas pode sobrevir quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos foram transferidos ou quando a INTERBOLSA não mantém controlo dos ativos.

A INTERBOLSA procede ao não reconhecimento de passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

1.6 Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes faturados na prestação de serviços líquidos de imposto sobre o valor acrescentado, abates e descontos.

1.7 Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data de balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num momento posterior, se verifique uma redução do montante da perda estimada.

1.8 Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. A INTERBOLSA decidiu alterar as taxas de amortização dos ativos fixos tangíveis, com referência a 1 de janeiro de 2006, de acordo com as praticadas pelo Grupo NYSE/Euronext. Os custos subsequentes são reconhecidos como um ativo separado apenas se for provável que deles resultem

benefícios económicos futuros para a INTERBOLSA. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, à medida que são incorridas, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios	2 a 5
Equipamento informático	2 a 3
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 10

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do período.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

1.9 Ativos intangíveis

“Software”

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela INTERBOLSA necessárias à sua instalação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.10 Locações

A INTERBOLSA classifica as operações de locação como financeiras ou operacionais, em função da sua substância, e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Os pagamentos efetuados ao abrigo do disposto nos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição do bem locado, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são

constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

1.11 Caixa e equivalentes de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

1.12 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação. Ativos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

1.13 Benefícios a empregados

Plano de benefícios definidos

Por contrato de 27 de dezembro de 2001, foi constituído um fundo de pensões de benefício definido, que se denomina “Fundo de Pensões da INTERBOLSA”, com o objetivo de garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice, invalidez e de sobrevivência, independentemente da Segurança Social.

O Fundo reveste a forma de Fundo de Pensões fechado de benefício definido, encontra-se constituído por tempo indeterminado, sendo gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., e engloba responsabilidades com efeitos contados desde a data de constituição da INTERBOLSA.

O Fundo só contempla o pagamento de pensões aos colaboradores que prestem serviços à INTERBOLSA por um período mínimo de 5 anos de serviço e engloba todos os trabalhadores com vínculo contratual.

As responsabilidades decorrentes do Fundo de Pensões foram determinadas através de estudo atuarial elaborado pela Mercer, Human Resource Consulting, S.A..

A responsabilidade líquida da INTERBOLSA com o Fundo de Pensões é estimada anualmente, à data de fecho de contas.

O cálculo atuarial é efetuado com base no método de crédito da unidade projetada para a reforma por velhice, invalidez e sobrevivência imediata e diferida, tendo sido utilizados decrementos por invalidez para a reforma por velhice e sobrevivência diferida, e bem assim, pressupostos atuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Os custos de serviço corrente e os custos de serviços passados, em conjunto com o retorno esperado dos ativos do plano deduzido do “*unwinding*” dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida da INTERBOLSA relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca do serviço prestado no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo que o justo valor de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto aplicada corresponde à taxa de obrigações de “rating” AAA com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas atuariais não reconhecidas, que excedam 10% do maior valor entre o valor atual das obrigações definidas e o justo valor dos ativos do plano, são registadas por contrapartida de resultados, pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada dos trabalhadores no ativo.

Os pagamentos ao fundo são efetuados, anualmente, de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo.

1.14 Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros recebidos de aplicações, ganhos e perdas de diferenças de câmbio bem como juros suportados com locações financeiras.

Os juros recebidos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, considerando o método da taxa de juro efetiva. Os juros relativos a locações financeiras são reconhecidos considerando o método da taxa de juro efetiva.

1.15 Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o resultado tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades fiscais à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo, com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, quando seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

1.16 Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas da empresa pelo número de ações ordinárias emitidas.

1.17 Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações sujeito a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos. Dada a natureza da atividade e dos seus clientes, a INTERBOLSA concentra-se num único segmento de negócio – Liquidação e custódia e num único segmento geográfico – Portugal.

1.18 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a INTERBOLSA tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.19 Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração utilize, para aplicação dos princípios contabilísticos mais adequados, o julgamento e as estimativas necessárias.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela INTERBOLSA são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da INTERBOLSA e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela INTERBOLSA é apresentada nas notas 1.1 a 1.18 às demonstrações financeiras.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela INTERBOLSA poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adotados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da INTERBOLSA e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A INTERBOLSA determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a INTERBOLSA avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da INTERBOLSA.

Imparidade dos ativos de longo prazo

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de o mesmo se basear na melhor informação disponível à data, as alterações de pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da empresa.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela Administração da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, designadamente, alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e consequentemente diferentes impactos em resultados.

Impostos sobre os lucros

A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais podem rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela INTERBOLSA, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes, principalmente, de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da INTERBOLSA, que, a haver correções, estas não serão correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

1.20 Gestão de Risco

A INTERBOLSA dedica uma atenção rigorosa e permanente à manutenção de um perfil de risco prudente, equilibrado e adequado à experiência e à capacidade de organização, preservando os objetivos básicos de solvabilidade, rentabilidade e adequada liquidez.

A INTERBOLSA enquanto entidade gestora de sistemas centralizados e de sistemas de liquidação, dispõe de um sistema de controlo interno que tem por objetivo a monitorização dos riscos inerentes à sua atividade, a minimização de imprevistos, a adaptação às mudanças no ambiente económico e competitivo e às mudanças de mercado, bem como, um mais eficaz desenvolvimento e crescimento da empresa.

Riscos financeiros

a) Exposição a risco de crédito

Não existe qualquer concentração significativa de risco de crédito numa única contraparte ou grupo de contrapartes. A exposição máxima ao risco de crédito para cada classe de ativos financeiros é representada pelos valores escriturados dos respetivos ativos.

b) Exposição a risco de taxa de juro

A INTERBOLSA não tem constituído nenhum empréstimo bancário e as suas aplicações financeiras são efetuadas em ativos sem risco ou de risco reduzido, como sejam os depósitos a prazo de taxa fixa e com maturidade inferior a um ano. As referidas aplicações são realizadas junto de instituições financeiras de reconhecida credibilidade.

A INTERBOLSA não utiliza quaisquer instrumentos financeiros derivados para cobertura dos riscos de taxa de juro ou taxas de câmbio.

Risco de liquidação e custódia

A 30 de junho de 2012, a valorização das emissões integradas na Central de Valores Mobiliários ascendia a 304.644.223.004 euros, como a seguir se discrimina:

Tipo	Nº Emissões	Valorização (€)
Ações	510	64.284.143.252
Obrigações	1.485	232.118.219.417
Valores Convertíveis	2	125.000.000
Papel Comercial	95	6.390.900.000
Títulos de Participação	4	107.184.387
Unidades de Participação	22	1.318.775.948
Warrants Autónomos	638	
Certificados	234	
Valores Estruturados	12	
Outros Valores Destacados	1	300.000.000

A valorização das emissões representativas de dívida é calculada com base no valor nominal, sendo a valorização das restantes emissões efetuadas com base no preço de fecho de mercado para os valores cotados, ou com base no valor nominal tratando-se de valores não cotados. As unidades de participação não admitidas à negociação são valorizadas com base no preço de subscrição. Não é apresentada a valorização das emissões de warrants, certificados e outros valores similares.

Os procedimentos de alerta de existência de falhas na liquidação, bem como os procedimentos de controlo interno implementados, permitem monitorizar e mitigar os riscos inerentes a estas operações.

2 Prestações de Serviços e Outros proveitos

O valor desta rubrica é composto por:

Prestações de Serviços

	30/06/2012 Euros	30/06/2011 Euros
Utilização Sistema	208.600	220.525
Movimentação de Valores em conta	132.399	136.742
Sistemas de Liquidação	591.425	685.543
Exercício de Direitos / Conversões / Pagamento de Rendimentos	968.850	905.900
Manutenção de Emissões / Valores em conta	8.413.890	8.844.207
Registo de Emissões	121.200	197.350
Cancelamento de Emissões	27.650	28.050
Outros Receitas Prestação Serviços	184.551	155.219
	10.648.565	11.173.536

Outros Proveitos

	30/06/2012 Euros	30/06/2011 Euros
Outros proveitos	96.031	100.639
	96.031	100.639

3 Ajustamentos de clientes cobrança duvidosa

Os movimentos efetuados foram os seguintes:

	30/06/2012 Euros	31/12/2011 Euros
<i>Saldo inicial da conta de ativo "Ajustamentos de cliente cobrança duvidosa"</i>	17.236	13.349
Ajustamentos de clientes cobrança duvidosa	7.327	4.577
Reversões de ajustamentos de clientes cobrança duvidosa	(243)	(690)
<i>Saldo final da conta de ativo "Ajustamentos de cliente cobrança duvidosa"</i>	24.320	17.236

4 Gastos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2012 Euros	30/06/2011 Euros
Remunerações	1.172.820	1.122.629
Encargos sociais obrigatórios	173.010	158.703
Encargos com pensões e Benefícios aos empregados	65.500	67.589
Formação	11.460	10.355
Outros custos	40.810	41.878
	1.463.600	1.401.154

O valor registado na rubrica Gastos com o Pessoal atribuídas aos Órgãos Sociais:

	30/06/2012 Euros	30/06/2011 Euros
Remunerações	223.972	230.029
Encargos sociais obrigatórios	16.167	16.083
Outros custos	1.921	2.000
	242.060	248.112

Para o exercício de 2012, a Interbolsa contratou serviços à PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, (PwC) cujos honorários se encontram fixados em €19.913 (2011: €20.829), com a seguinte distribuição pelos diferentes tipos de serviços prestados:

	2012 Euros	2011 Euros
Serviços de revisão legal de contas e auditoria	17.888	18.829
Outros serviços	2.025	2.000
	19.913	20.829

Serviços de revisão legal de contas e auditoria

Inclui os honorários cobrados pela PwC no âmbito da auditoria, no valor de 2.888, e da revisão legal de contas da Empresa, no montante de €15.000.

Outros serviços

Inclui os honorários cobrados pela PwC no âmbito dos serviços permitidos de acordo com as regras de independência definidas.

Ambos os honorários encontram-se registados na rubrica “Consultoria e serviços profissionais”.

O efetivo de trabalhadores ao serviço da INTERBOLSA em 30 de junho de 2012 e em 31 Dezembro 2011, distribuído por departamentos, foi o seguinte:

	30/06/2012 Euros	31/12/2011 Euros
Liquidação e Custódia – Central de Valores Mobiliários	11	11
Suporte – Direção Administrativa e Financeira e Recursos Humanos	3	3
Suporte – Direção Jurídica	2	2
Suporte – Direção Informática	19	19
Suporte – <i>Program Office</i> *	1	1
Suporte – Assessoria do Conselho de Administração **	1	1
	37	37

* A coordenação do *Program Office* é da responsabilidade funcional do Assessor do Conselho de Administração.

** As funções de Agência Nacional de Codificação estão adstritas à área da Central de Valores Mobiliários

5 Depreciações do período

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06//2012 Euros	30/06/2011 Euros
<i>Ativos fixos tangíveis:</i>		
Edifícios e outras construções	-	-
Equipamento informático	16.169	5.716
Equipamento de transporte	25.155	10.225
Equipamento administrativo	5.206	3.588
Outros ativos fixos tangíveis	21.329	17.337
	67.859	36.866
<i>Ativos intangíveis:</i>		
	-	-
	-	-
	67.859	36.866

6 Gastos com tecnologias de informação e comunicação

	30/06/2012 Euros	30/06/2011 Euros
Licenças e manutenção de Hardware	73.792	46.832
Licenças e manutenção de <i>software</i>	365.910	339.560
Custos de e com comunicações	159.292	172.484
	598.994	558.876

7 Serviços profissionais

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2012 Euros	30/06/2011 Euros
Consultores fiscais e contabilísticos	3.345	3.225
Consultoria jurídica	300	1.244
Outra consultadoria	58.772	36.426
Auditoria e Revisão Oficial de contas	10.384	10.320
Outsourcing	108.331	104.930
	181.132	156.145

8 Equipamentos e instalações

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2012 Euros	30/06/2011 Euros
Rendas de edifícios / custos com condomínio	102.404	97.546
Segurança	25.034	25.460
Gás, água e eletricidade	13.000	12.900
Manutenção e serviços de limpeza	8.863	8.422
Seguros	6.523	6.664
Despesas de deslocação	50.529	70.114
Equipamento de escritório	2.654	7.684
Correio	1.722	2.293
Outros	2.317	7.154
	213.046	238.237

9 Outros gastos

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2012 Euros	31/06/2011 Euros
Taxas de supervisão (CMVM)	270.000	270.000
Custos com viaturas	22.197	22.601
Outros	27.352	11.859
	319.549	304.460

10 Proveitos e gastos financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	30/06/2012 Euros	31/06/2011 Euros
Juros obtidos	193.537	114.400
Juros suportados	4.308	1.750
Resultado financeiro	189.228	112.649

11 Provisão para impostos sobre lucros

A Sociedade é tributada pelo regime de tributação de grupos de sociedades liderado pela Euronext Lisbon, por autorização obtida ao abrigo do disposto no artigo 69º do Código do IRC. O valor do imposto corrente, positivo ou negativo, é calculado por cada empresa incluída no Grupo de sociedades fiscal com base na sua situação fiscal individual.

A INTERBOLSA encontra-se sujeita a tributação em sede de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 25%, acrescida de Derrama Municipal, à taxa de 1,50%, e ainda da Derrama Estadual, que se aplica ao lucro tributável apurado através das seguintes taxas: 3% para o lucro tributável entre os 1.500.000€ e os 10.000.000€ e uma taxa de 5% para o lucro tributável em excesso de 10.000.000€.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da INTERBOLSA relativas aos anos de 2007 a 2011 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

O encargo com impostos sobre lucros no período é analisado como segue:

	30/06/2012 Euros	30/06/2011 Euros
Imposto corrente do ano	2.403.217	2.469.720
Correção de anos anteriores	-	-
	2.403.217	2.469.720
Imposto diferido (ver Nota 14)		
Diferenças temporárias	(1.615)	1.260
Variação da Taxa de Imposto	-	-
	(1.615)	1.260
	2.401.602	2.470.980

O apuramento do imposto corrente em 30 de junho de 2012 e de 2011 analisa-se como segue:

	30/06/2012 Euros	30/06/2011 Euros
Resultado antes de impostos	8.070.060	8.686.925
Custos não aceites fiscalmente	33.683	13.133
Proveitos não tributados	(9.600)	(21.029)
Rendimento tributável	8.094.143	8.679.029
Imposto corrente sobre o rendimento (1)		
• Matéria coletável < 12.500 € - Taxa 12,5%	-	1.563
• Matéria coletável > 12.500 € - Taxa 25%	2.023.536	2.166.632
• Derrama – Taxa 1,50%	121.412	130.185
• Derrama Estadual – Taxa 3%	197.824	166.976
	2.342.772	2.465.356
Despesas tributadas autonomamente (2)	60.445	4.364
Imposto corrente sobre o rendimento (1) + (2)	2.403.217	2.469.720

Reconciliação entre o custo do período e o saldo em balanço

Imposto corrente sobre o rendimento		
- Reconhecimento como custo no período (1) + (2)	2.403.217	2.469.720
- Menos: Pagamentos por conta e especial por conta	-	-
- Menos: Retenções na fonte	(43.614)	(9.195)
- Saldo corrente a pagar (receber)	2.359.603	2.460.525

Principais ajustamentos efetuados ao resultado contabilístico para efeitos de determinação da matéria coletável que assumem natureza permanente:

- Prémios de seguros não aceites: 8.141 euros;
- Amortizações não aceites como custo 9.773 euros;
- Benefícios Fiscais: 8.152 euros;
- Outras deduções aceites fiscalmente: 1.448 euros.

A taxa nominal de imposto e a carga fiscal efetivamente verificada nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 2011 é como se segue:

	30/06/2012 Euros	30/06/2011 Euros
Imposto corrente do período:		
Imposto corrente imputado a resultados	2.403.217	2.469.720
Imposto diferido	(1.615)	1.260
Total do imposto registado em resultados (1)	2.401.602	2.470.980
Resultado antes de impostos (2)	8.070.060	8.686.925
Carga Fiscal ((1)/(2))	29,77%	28,44%

12 Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	30/06/2012 Euros	31/12/2011 Euros
<i>Custo:</i>		
Imóveis:		
Edifícios	62.352	62.352
Equipamento:		
Informático	514.800	502.800
Transporte	234.389	234.389
Administrativo	328.530	320.801
Outros ativos fixos tangíveis	308.371	308.371
	1.448.442	1.428.713
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
Relativas ao período corrente	67.859	154.857
Relativas a períodos anteriores	1.083.424	928.567
	1.151.283	1.083.424
	297.159	345.289

Os movimentos ocorridos na rubrica “Ativos fixos tangíveis” no período findo em 30 de junho de 2012 analisam-se como segue:

	Saldo em 1 de janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Abates Euros	Regularizações/ Transferências Euros	Saldo em 30 junho Euros
<i>Custo:</i>					
Imóveis:					
Edifícios	62.352	-	-	-	62.352
Equipamento:					
Informático	502.800	12.000	-	-	514.800
Transporte	234.389	-	-	-	234.389
Administrativo	320.801	7.729	-	-	328.530
Outros ativos fixos tangíveis	308.371	-	-	-	308.371
	1.366.361	19.729	-	-	1.386.090
	1.428.713	19.729	-	-	1.448.442
<i>Amortizações acumuladas:</i>					
Imóveis:					
Edifícios e outras Construções	62.352	-	-	-	62.352
Equipamento:					
Informático	474.465	16.170	-	-	490.635
Transporte	103.910	25.155	-	-	129.065
Administrativo	230.805	5.206	-	-	236.011
Outros ativos fixos tangíveis	211.891	21.329	-	-	233.220
	1.021.071	67.860	-	-	1.151.283
	1.083.424	67.860	-	-	1.151.283

As locações financeiras, a 30 de junho de 2012, em termos de prazos residuais são apresentadas como segue:

	Locações			Total Euros
	Até 1 Ano Euros	De 1 a 5 Anos Euros	A mais de 5 Anos Euros	
Rendas vincendas	38.995	84.678	-	123.672
Juros vencidos	6.816	9.730	-	16.546
Valores residuais	-	40.518	-	40.518
	45.811	134.925	-	180.737

Os juros são ajustados mensalmente (dois contratos) / trimestralmente (três contratos) de acordo com a evolução da Euribor a um mês e da Euribor a três meses. Os valores que constam no quadro acima são os valores calculados a 30 de junho de 2012.

13 Ativos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	30/06/2012 Euros	31/12/2011 Euros
<i>Custo:</i>		
“Software”	1.039.996	1.039.996
	<u>1.039.996</u>	<u>1.039.996</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>		
Relativas ao período corrente	-	-
Relativas a períodos anteriores	1.039.996	1.039.996
	<u>1.039.996</u>	<u>1.039.996</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Os movimentos da rubrica Ativos intangíveis, a 30 de junho de 2012, são analisados como segue:

	Saldo em 1 janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Abates Euros	Saldo em 30 junho Euros
<i>Custo:</i>				
“Software”	1.039.996	-	-	1.039.996
	<u>1.039.996</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.039.996</u>
<i>Amortizações acumuladas:</i>				
“Software”	1.039.996	-	-	1.039.996
	<u>1.039.996</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.039.996</u>

14 Impostos diferidos ativos

A INTERBOLSA regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os ativos e passivos determinados numa ótica contabilística e numa ótica fiscal, o qual é analisado como segue:

	30/06/2012		31/12/2011	
	Ativo Euros	Passivo Euros	Ativo Euros	Passivo Euros
Ativos fixos tangíveis: amortizações	15.634	-	11.085	-
Ajustamentos de clientes cobrança duvidosa	4.163	-	2.618	-
	19.797	-	13.703	-
	26,50%	26,5%	26,50%	26,5%
Ativos por impostos diferidos	5.246	-	3.631	-

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, para os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, são os seguintes:

	30/06/2012 Euros	31/12/2011 Euros
Saldo no início do período	3.631	4.934
Dotação a resultados transitados	-	-
Dotação a resultados do período	1.615	(1.303)
Saldo no final do período	5.246	3.631

15 Devedores e outros Ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	30/06/2012 Euros	31/12/2011 Euros
Devedores correntes e outros ativos		
- Clientes	2.036.669	2.201.188
- Devedores diversos	16.240	15.356
- Diferimentos (Gastos a reconhecer)	316.349	169.774
Imparidade para devedores	(24.321)	(17.236)
	2.344.937	2.369.082
Imparidade para devedores:		
Saldo no início do período	17.236	13.349
Dotação no período	7.328	4.577
Reversão no período	(243)	(690)
Saldo no final do período	24.321	17.236

16 Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica é analisada como segue:

	30/06/2012 Euros	31/12/2011 Euros
<i>Numerário:</i>		
Caixa	558	6
<i>Depósitos bancários:</i>		
Depósitos à ordem	17.881.895	23.174.284
Depósitos a prazo (<=3 meses)	-	316.000
	17.882.453	23.490.290

17 Capital

O capital social da INTERBOLSA no montante de Euros 5.500.000 representado por 5.500.000 ações de valor nominal de 1 Euro cada uma, encontra-se integralmente realizado.

O capital social da INTERBOLSA, em 30 de junho de 2012, é detido em 100% pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A..

Os resultados por ação (EPS) atribuíveis ao acionista da INTERBOLSA, são analisados como segue:

	30/06/2012 Euros	31/12/2011 Euros
Resultado líquido	5.668.457	12.038.624
N.º de ações	5.500.000	5.500.000
Resultado por ação (Básico)	1,03	2,19

A INTERBOLSA calcula o seu resultado básico por ação usando o número de ações emitidas durante o período de relato.

18 Reservas

Esta rubrica é analisada como segue:

	30/06/2012 Euros	31/12/2011 Euros
Reserva legal	5.500.000	5.500.000
	5.500.000	5.500.000

Reserva legal

Em conformidade com o n.º 3 do artigo 40.º, do Decreto-Lei n.º 357-C/2007, de 31 de outubro, a Reserva Legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício até ao limite do capital social. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou para aumento do capital social da Sociedade.

19 Benefícios aos empregados

Planos de benefícios definidos

Por contrato de 27 de dezembro de 2001 foi constituído um fundo de pensões de benefício definido, que se denomina “Fundo de Pensões da INTERBOLSA”, com o objetivo de garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice, invalidez e de sobrevivência, independentemente da Segurança Social.

O referido Fundo de Pensões, com duração por tempo indeterminado, é gerido pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., e engloba responsabilidades com efeitos contados desde a data de constituição da INTERBOLSA.

O Fundo só contempla o pagamento de pensões aos colaboradores que prestem serviços à INTERBOLSA por um período mínimo de 5 anos de serviço e engloba todos os trabalhadores com vínculo contratual.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	<u>30/06/2012</u> <u>Euros</u>	<u>31/12/2011</u> <u>Euros</u>
<i>Número de participantes</i>		
Pessoal no ativo	37	37
Ex-funcionários	10	10
Pensionista	1	1
	<u>48</u>	<u>48</u>

Durante o semestre em curso, de forma a estimar os gastos referentes ao plano de pensões, a INTERBOLSA utilizou uma projeção efetuada por uma consultora independente especializada na matéria em questão (Mercer Portugal) e, tendo por base os valores obtidos com o estudo atuarial efetuado a 31 de Dezembro de 2011, mantendo os mesmos pressupostos atuariais, que se encontram de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19.

As quantias reconhecidas no balanço são as seguintes:

	30/06/2012 Euros	31/12/2011 Euros
Valor presente das obrigações com fundo	2.893.804	2.746.750
Justo valor dos ativos do plano	2.810.554	2.729.000
	83.250	17.750
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidas	(173.377)	(173.377)
Passivo líquido no balanço	(90.127)	(155.627)

Os movimentos no passivo líquido, reconhecidos no balanço são os seguintes:

	30/06/2012 Euros	31/12/2011 Euros
Valores em 1 de janeiro	(155.627)	(40.808)
Gasto líquido reconhecido na demonstração de resultados	65.500	135.180
Contribuições para o fundo	-	(250.000)
Passivo líquido no fim do período	(90.127)	(155.627)

A análise do custo do período é apresentada como segue:

	30/06/2012 Euros	31/12/2011 Euros
Custo dos serviços correntes	55.000	114.180
Custo dos juros	72.000	132.000
Rendimento esperado dos ativos	(61.500)	(113.000)
(Ganhos) e perdas atuariais reconhecidos	-	2.000
Custo do período	65.500	135.180

A análise comparativa dos pressupostos atuariais é analisada como segue:

	30/06/2012	31/12/2011
Taxa de crescimento salarial		
Ativos	2,55%	2,55%
Direitos adquiridos	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	N/A	N/A
Taxa de desconto	5,25%	5,25%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%
Tábua de mortalidade	TV88/90	TV88/90
Tábua de invalidez	EVK 80 100%	EVK 80 100%
Idade de reforma	65 anos	65 anos
Decrementos utilizados	100% da EKV 1980	100% da EKV 1980

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor atuarial das responsabilidades estão de acordo com os requisitos definidos pela IAS 19.

20 Credores e outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	30/06/2012	31/12/2011
	Euros	Euros
Fornecedores C/C	69.051	203.461
Fornecedores de Imobilizado	24.266	111.926
Financiamentos Obtidos (Leasing financeiro)	164.190	183.248
Outros Credores	59.122	50.328
Estado e Outros Entes Públicos	757.601	761.824
Acréscimos de Custos	518.882	757.662
Credores correntes	1.593.112	2.068.449

21 Transações com partes relacionadas

Resumem-se, como se segue, os saldos da INTERBOLSA, em 30 de junho 2012 e 31 de dezembro de 2011, relativos às transações com partes relacionadas:

	30/06/2012	30/06/2011
	Euros	Euros
Balço:		
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Euronext Paris.	17.414.282	17.449.645
Passivos Correntes:		
Credores e outros Passivos		
Euronext Lisbon	8.802	8.802
	<u>17.423.084</u>	<u>17.458.447</u>
Demonstração de resultados:	30/06/2012	30/06/2011
	Euros	Euros
Proveitos financeiros		
Euronext Paris	19.123	71.614
Gastos e perdas:		
Euronext Lisbon	56.005	43.505
	<u>75.128</u>	<u>115.119</u>

22 Justo valor de ativos e passivos financeiros

A decomposição dos ativos e passivos financeiros da INTERBOLSA, contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao justo valor é analisado como segue:

	30/06/2012			31/12/2011		
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença
	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros	Euros
<i>Ativos financeiros:</i>						
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.250	1.250	-	1.250	1.250	-
Clientes	2.012.348	2.012.348	-	2.183.952	2.183.952	-
Outros devedores	16.240	16.240	-	15.356	15.356	-
Caixa e equivalentes de caixa	17.881.895	17.881.895	-	23.174.290	23.174.290	-
Depósitos a prazo	-	-	-	316.000	316.000	-

Passivos financeiros:

Fornecedores	69.051	69.051	-	203.461	203.461	-
Fornecedores Imobilizado	24.266	24.266	-	111.926	111.926	-
Financiamentos Obtidos (Leasing financeiro)	164.190	164.190	-	183.248	183.248	-
Outros credores	59.122	59.122	-	50.328	50.328	-

Atendendo ao prazo extremamente curto associado a estas rubricas, o valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

23 Normas contabilísticas recentemente emitidas

Existem as seguintes novas normas adotadas pela União Europeia que são de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2012.

IFRS 7 (alteração), ‘Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de ativos financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2011). Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efetuar relativamente a ativos financeiros transferidos para terceiros mas não desreconhecidos do balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado.

As normas identificadas abaixo, são de aplicação obrigatória pelo IASB, para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012, no entanto, a sua aplicação não foi efetuada por ainda estar pendente da adoção pela União Europeia:

IAS 12 (alteração), ‘Impostos sobre o rendimento’. Esta alteração requer que uma Entidade mensure os impostos diferidos relacionados com ativos dependendo se a Entidade estima recuperar o valor líquido do ativo através do uso ou da venda, exceto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21, a qual é revogada.

IFRS 1 (alteração), ‘Adoção pela primeira vez das IFRS’. Esta alteração visa incluir uma isenção específica para as entidades que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias, e adotam pela primeira vez as IFRS. A isenção permite a uma Entidade optar por mensurar determinados ativos e passivos ao justo valor e utilizar o justo valor como “custo considerado” na demonstração da posição financeira de abertura para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à substituição das referências a datas específicas por “data da transição para as IFRS” nas exceções à aplicação retrospectiva da IFRS.

As alterações acima mencionadas não tiveram efeitos nas Demonstrações financeiras da Empresa.

24 Gestão de Capital

Tendo em conta que por gestão de capital se compreende um conceito de maior amplitude que o da rubrica de “capital próprio” que figura no Balanço, a INTERBOLSA estabelece os seguintes objetivos quanto a esta matéria:

- Cumprir com os requisitos de capital definidos pelo regulador do setor onde a INTERBOLSA opera;
- Assegurar que capacidade de continuidade da INTERBOLSA é continuamente tida em consideração de modo a que continue a ser dado retorno de investimento e benefícios aos acionistas; e
- Manter uma sólida base de capital que apoie o desenvolvimento da sua atividade.

A adequacidade de capital e a utilização de capital regulamentar são monitorizados regularmente pela gestão do Grupo NYSE Euronext.

A CMVM exige que as entidades gestoras disponham dos fundos próprios necessários para assegurar o disposto no artigo 32º do Decreto-Lei nº 357-C/2007, de 31 de outubro:

- (a) fundos próprios têm de atingir um nível mínimo que será o dobro do capital social mínimo exigível;
- (b) o passivo tem de ser a todo o momento inferior aos seus fundos próprios.

Mensalmente é remetida à CMVM informação financeira que lhe permite aferir o cumprimento das disposições legais em matéria de fundos próprios da INTERBOLSA.

O Grupo NYSE Euronext e as suas participadas, da qual a INTERBOLSA é parte integrante, cumprem com todos os requisitos de capital estabelecidos externamente, e aos quais se encontram sujeitos.

Técnico Oficial de Contas (n.º 54050)

Miguel Brochado

O Conselho de Administração

Presidente Luís Laginha de Sousa

Vogal Marta Calado

Vogal Rui Samagaio de Matos

Vogal Roland Bellegarde

Vogal Corinne Fornara



6. DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

Nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 246.º, do Código de Valores Mobiliários (CVM), declaramos que para o período findo em 30 de junho de 2012, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante das Demonstrações Financeiras, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da **INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A.** e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente as informações exigidas no termos do n.º 2 do artigo 246.º do CVM, designadamente a indicação dos acontecimentos importantes que ocorreram no primeiro semestre e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta.

O Conselho de Administração

<i>Presidente</i>	Luís Laginha de Sousa
<i>Vogal</i>	Marta Calado
<i>Vogal</i>	Rui Samagaio de Matos
<i>Vogal</i>	Roland Bellegarde
<i>Vogal</i>	Corinne Fornara



Relatório de Exame Simplificado

Ao Conselho de Administração da
Interbolsa – Sociedade Gestora de Sistemas de
Liquidação e de Sistemas Centralizados de
Valores Mobiliários, S.A.

Introdução

1 Procedemos ao exame simplificado das demonstrações financeiras intercalares da Interbolsa – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A., as quais compreendem o Balanço em 30 de junho de 2012, (que evidencia um total de 20.531.045 euros e um total de capital próprio de 16.668.457 euros, incluindo um resultado líquido de 5.668.457 euros), a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período de seis meses findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório com base no nosso exame simplificado daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame simplificado a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança moderado sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame simplificado consistiu principalmente em indagações e procedimentos analíticos destinados a apreciar: a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; a aplicação ou não do princípio da continuidade; e a apresentação da informação financeira.

5 Um exame simplificado proporciona, por conseguinte, menos segurança do que uma revisão/auditoria e, consequentemente, não estamos em condições de expressar uma opinião de revisão/auditoria.



PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

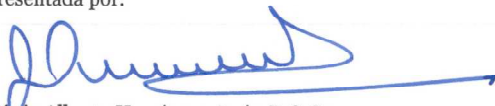
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence a rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

Parecer

6 Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as referidas demonstrações financeiras do período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 não estejam isentas de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

28 de agosto de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Alberto Henriques Assis, R.O.C.